

Imigração e integração local: o caso do ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento para imigrantes no Distrito Federal

Hannah Zuquim Aidar Prado

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS
hannah.zuquim@gmail.com

Resumo

O artigo insere-se na pesquisa sobre as condições de vida dos imigrantes no Brasil e trata do aspecto do ensino da língua portuguesa como fator de integração local de imigrantes com base em experiências realizadas no Distrito Federal. O objetivo deste artigo é compreender como está se dando a integração local dos imigrantes no Brasil por meio do aprendizado da língua portuguesa.

Palavras-chave: Ensino de português. Imigrantes. Integração local.

Immigration and local integration: the case of teaching Portuguese as a host language for immigrants in the Federal District

Abstract

The article is part of the research on the living conditions of immigrants in Brazil. The article deals with the aspect of Portuguese language teaching as a factor of local integration of immigrants based on experiences in the Federal District. The aim of this article is to understand how the local integration of immigrants in Brazil is taking place, through the learning of the Portuguese language.

Keywords: Immigrants. Local integration. Teaching Portuguese.

Inmigración e integración local: el caso de la enseñanza del portugués como lengua de acogida para inmigrantes en el Distrito Federal

Resumen

El artículo se inserta en la investigación sobre las condiciones de vida de los inmigrantes en Brasil, y trata del aspecto de la enseñanza de la lengua portuguesa como factor de in-

tegración local de inmigrantes a partir de experiencias realizadas en el Distrito Federal. El objetivo de este artículo es comprender como está dándose la integración local de los inmigrantes en Brasil, por medio del aprendizaje de la lengua portuguesa.

Palabras clave: Enseñanza del portugués. Inmigrantes. Integración local.

Introdução

A pesquisa que resulta neste artigo se insere no contexto da pesquisa “maior” sobre condições de vida de imigrantes em situação de vulnerabilidade no Brasil e surge da necessidade de maior conhecimento sobre as condições de vida de imigrantes que vivem no Brasil com a finalidade de subsidiar o Estado no sentido de garantia de direitos de pessoas imigrantes.

A pesquisa sobre as condições de vida dos imigrantes inicia-se em um contexto de aprovação da Lei de Imigração – 2017, que tem o objetivo de regular a política migratória¹ no país. Esta lei tem como pressuposto o fato de que burocratizar e restringir a regularização migratória não evita o deslocamento, mas degrada as condições de vida do imigrante, que se encontra em uma situação de ilegalidade e desproteção. O resultado da ausência de autorização para trabalho e permanência no país é o não acesso a direitos, que não afeta apenas a vida dos imigrantes, mas também da população brasileira que com eles convive.

Os aspectos analisados na pesquisa sobre as condições de vida do imigrante no Brasil são referentes às relações interpessoais, ao trabalho, à saúde, à educação, à assistência social, à moradia, à discriminação e à comunicação, esta última objeto desta pesquisa. Dessa forma, o objetivo deste artigo resultante da pesquisa é compreender como está se dando a integração local dos imigrantes no Brasil por meio do aprendizado da língua portuguesa.

Com base nas pesquisas e nos relatórios das atividades das organizações que atuam junto aos imigrantes – Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Cáritas e Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus) –, foi possível constatar que há uma série de dificuldades encontradas pelos imigrantes no sentido de ser integrado à sociedade brasileira, incluindo a impossibilidade de se comunicar. Dessa forma, este artigo tem como foco a análise do aspecto da comunicação de imigrantes como parte da integração local.

A necessidade do ensino de português para imigrantes ampliou-se com o aumento do fluxo migratório no mundo e no Brasil, pois a necessidade da comunicação é imediata para ampliar a possibilidade da integração desse sujeito na sociedade receptora. A modalidade do ensino de português como língua de acolhimento foi pensada e concebida para imigrantes em situação de vulnerabilidade como uma metodologia nova, que funciona no sentido de construção de conhecimento junto ao imigrante.

Para construção da pesquisa, foram realizadas entrevistas sobre os temas anteriormente citados com a coordenadora e uma professora do Núcleo de Ensino e

1 A Lei n. 13.445/2017, que institui a Lei de Imigração, aprovada em maio de 2017, supera o estatuto do estrangeiro, lei vigente desde 1980, em um contexto de ditadura militar, que partia do pressuposto de que o imigrante era uma ameaça à sociedade “nacional”.

Pesquisa em Português para Estrangeiros da Universidade de Brasília e com o coordenador do projeto Ser+, da Universidade Católica de Brasília, que, além de outros públicos vulneráveis, atua junto a imigrantes no ensino de português. Dessa forma, foi possível problematizar algumas questões complexas acerca do ensino de português e integração local de imigrantes em situação de vulnerabilidade social, assunto que não se esgota neste artigo.

1 O ensino de português como língua de acolhimento – debate conceitual

O português como língua de acolhimento é uma metodologia que surge da necessidade de responder à demanda de ensinar português para imigrantes que chegam ao Brasil e necessitam dos serviços públicos para atendimento de suas necessidades. Os atendidos por essa modalidade de ensino saíram de seus países por questões econômicas, políticas e sociais, muitas vezes sem alternativas de sobrevivência, ou, no caso dos refugiados, fugindo de ameaças de morte. Além do fato de terem saído de seus países, e por isso serem “estrangeiros”, sua vulnerabilidade pode também ser entendida na medida da inserção no mundo do trabalho e das relações de proximidade, que proporcionariam ao indivíduo proteção e segurança (CASTEL, 1994).

Com o objetivo de tornar acessível a língua portuguesa a imigrantes, foi criada uma modalidade de ensino que difere do ensino de português “formal”, pois atende um público que muitas vezes não tem historicamente a presença da escola em suas vidas, mas necessita aprender o português quando chega ao Brasil. Essa metodologia tem como referência autores da educação popular e da linguística aplicada, brevemente apresentados a seguir.

A tese de Mirelle Amaral de São Bernardo – doutora em linguística e professora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (Neppe) – sobre o ensino de português e o Neppe sugere, por meio de uma revisão bibliográfica, que o debate acerca da Competência Comunicativa Intercultural (CCI) foi inicialmente desenvolvido na Inglaterra, por Bryan e outros (1997). Essa concepção afirma a construção conjunta de significados que realizam um diálogo entre duas ou mais culturas, invertendo a lógica de que o imigrante deve adaptar-se totalmente à cultura na qual se está inserindo.

Mirelle explica que o curso se organiza em torno das necessidades do imigrante recém-chegado ao Brasil, superando a metodologia que era realizada até então, que se restringia ao aprendizado da língua portuguesa como segunda língua:

Para o público adulto, recém-imerso numa realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um conjunto de saberes, como saber agir, saber fazer, e a novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas nessa língua, bem como com a possibilidade de tornar-se cidadão desse lugar, cultural e politicamente consciente, participando como sujeito dessa sociedade (SÃO BERNARDO, 2016, p. 65).

O aprendizado da língua é também um contato com a cultura do país desconhecido para o imigrante, é a primeira ferramenta que possibilita que ele compreenda e se relacione com o país de chegada sob diversas perspectivas. Essa metodologia tem como objetivo integrar os imigrantes na sociedade receptora por meio da comunicação,

adaptando-se ao que o imigrante precisa. A necessidade de se comunicar leva o sujeito a compreender como funciona o país no qual chegou no que diz respeito à cultura, às leis, ao modelo político e econômico, às formas de discriminação, etc.

Como os imigrantes, em sua maioria, são adultos, a aprendizagem da língua dá-se por assimilação, ou seja, a metodologia tem como base situações reais do cotidiano impostas a eles:

O aprendizado da língua se dará mais pelo processo de aquisição, que por aprendizagem consciente, conforme diferencia Krashen (1985). Segundo o autor, a aquisição é um processo de assimilação natural, intuitivo, subconsciente, fruto de interação em situações reais de convívio humano em que o aprendiz participa como sujeito ativo, desenvolvendo habilidades práticas e habilidades funcionais sobre a língua (SÃO BERNARDO, 2016, p. 67).

Os cursos de português como língua de acolhimento são organizados com base nas necessidades dos imigrantes e têm como objetivo que eles possam apreender a nova língua para interagir e utilizar os conhecimentos na vida cotidiana. Nos cursos de acolhimento, as aulas são geralmente divididas por temas, em módulos: a respeito da cultura do Brasil, cotidiano útil, escrita, conversa voltada para o trabalho, alimentação, mas também é um curso aberto a novas demandas, portanto dinâmico.

A metodologia do ensino de português como língua de acolhimento tem como referencial teórico a pedagogia crítica, que objetiva estimular no estudante uma consciência cultural para ele poder interagir com a sociedade receptora, ou seja, não apenas como alguém que recebe um conhecimento e tem de se adequar a uma realidade. Essa perspectiva, de Paulo Freire, entende a educação como instrumento de transformação.

O imigrante que chega ao Brasil é entendido como alguém que reflete acerca do mundo e da realidade e é um sujeito político, não apenas um sujeito passivo. Assim, o material didático é feito especificamente para o curso de acolhimento, partindo de uma análise de suas necessidades, que pode ser revista e transformada com a implementação e a avaliação.

Nos livros, a linguagem é tanto um meio para se discutir temas do cotidiano como para propiciar trocas e compreensões culturais, valorizando o que o sujeito vivia e trouxe consigo para o Brasil e também suas impressões e compreensões sobre o “novo país”. Desse modo, o processo não se restringe à língua, mas tem o objetivo mais amplo de estabelecimento de relação entre diversas formas de cultura, que muitas vezes têm muitas semelhanças, para que o processo de integração do sujeito seja possibilitado.

Para além dos temas que se encontram nos livros didáticos, um dos referenciais que a metodologia do português como língua de acolhimento tem é a Linguística Aplicada Crítica, cuja proposta é transpor as temáticas do conteúdo programado, ou seja, também refletir sobre questões sociais mais amplas, como racismo, machismo, política, etc. Dessa forma, abre-se a possibilidade de problematizar temas relevantes para a sociedade como um todo, no sentido de desconstruir preconceitos, compreender alguns aspectos sociais e pensar sobre formas de enfrentamento de desigualdades.

O objetivo do curso português como língua de acolhimento é possibilitar que o imigrante atinja níveis maiores de integração local.² O acesso ao ensino de português não é um fim, e sim um meio de integração, e o não acesso pode colocar o sujeito em

2 Para a especialista brasileira em refúgio Julia Moreira, significa um processo de adaptação do imigrante e da sociedade que o recebe. Dessa forma, entende-se que os imigrantes devem manter sua própria

situações de vulnerabilidade social. O aprendizado da língua portuguesa deve ser um dos aspectos da integração local dos imigrantes, pois o estranhamento linguístico e a não possibilidade de comunicação reduz a capacidade de construir a própria vida e planejar o futuro no país de acolhimento.

2 O Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (Neppe): a história e o curso de acolhimento

Em 2013, Lucia Barbosa,³ coordenadora do Neppe, entrou em contato com o IMDH, que executa a política para imigrantes no Distrito Federal, e fez uma parceria para que o IMDH encaminhasse os imigrantes para aprender o português no Neppe. Foi assim que o Núcleo inaugurou o curso *acolhimento*, partindo da metodologia diferenciada do português como língua de acolhimento, que foi sendo desenvolvida ao longo dos anos.⁴

A metodologia parte do pressuposto de que se deve ensinar o que os imigrantes precisam e querem aprender, e entende-se que são eles que têm condições de dizer isso. O material didático é feito especificamente para eles em razão da particularidade do curso.

Quando o estudante chega ao Núcleo, preenche um questionário, que fica como seu cadastro, no qual tem nome, idade, profissão, escolaridade, línguas que fala, o motivo da vinda ao Brasil e ao curso, etc.: “As principais demandas que chegam até o Neppe são a vontade de estudar e a necessidade do trabalho”, explica Lucia.

Os professores são voluntários, e o financiamento do curso é feito por meio de projetos e com parte do que é pago pelos alunos do ensino de português regular. Há cerca de 120 matriculados por semestre para o curso de acolhimento e 150 para o particular, que é bimestral.

O curso de acolhimento depende do “regular” para funcionar, pois não tem financiamento próprio. Quando não há o curso “regular”, o acolhimento é prejudicado, pois os professores não têm a obrigatoriedade de estar em aula, e o que acontece é que as aulas são dadas cada uma por um professor, sem uma continuidade com o mesmo professor. Além disso, há uma dificuldade da companhia de transporte urbano do Distrito Federal em liberar os passes estudantis para que os estudantes possam ir até o local. Dessa forma, C.⁵ avalia que são vários os aspectos que podem estar desmotivando os estudantes, o que está refletindo no número menor de pessoas por módulo (são três turmas – acolhimentos 1, 2 e 3, cada um três vezes por semana – 2^a, 3^a e 5^a).

identidade e participar da sociedade receptora, sendo acolhidos para que possam viver de maneira aceitável. Para a compreensão de como se dá a integração local de imigrantes, devemos considerar aspectos sociais, culturais, étnicos, religiosos, econômicos, políticos, psicológicos e espaciais. O imigrante pode estar incluído em algumas áreas, mas excluído em outras, devendo a integração ser entendida como um conjunto de processos em múltiplas esferas a ser analisada profundamente (MOREIRA, 2014).

3 Lucia é professora adjunta da Universidade de Brasília (UnB), onde leciona a disciplina Português para Estrangeiros no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução.

4 Nessa época, o Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas (Peppfol) apenas recebia quem tinha condições de pagar pelas aulas, e assim Lucia inseriu o refugiado em uma sala.

5 C. é professora no Neppe e foi entrevistada para esta pesquisa. O uso da letra no lugar do nome confere sigilo à profissional.

O Neppe é um retrato do que ocorre em outros cursos de português para imigrantes em outras partes do Brasil: apesar da necessidade e da demanda cada vez maior, não são serviços institucionalizados, sempre dependem de voluntariado.

3 Projeto Ser+/Universidade Católica de Brasília

O Projeto Ser+, coordenado pelo professor Danilo Borges,⁶ da Universidade Católica de Brasília, tem como objetivo “colocar o estudante em um contexto fora da universidade.”⁷ Em 2014, inicia-se o trabalho com o ensino de língua portuguesa para os imigrantes do Distrito Federal, por meio do acolhimento e da ambientação em língua portuguesa.

Ao contrário da experiência do Neppe, o Ser+ não é organizado em turmas, mas de forma que cada estudante acompanha um imigrante. A forma de trabalho aproxima-se da dos espaços que trabalham com a metodologia de ensino de português como língua de acolhimento, ou seja, de maneira prática e de acordo com a necessidade dos imigrantes, não apenas focado nos aspectos gramaticais da língua. Entretanto, a instituição não se coloca como um projeto que utiliza a linha metodológica apresentada, mesmo que nas aulas particulares seja utilizada uma apostila, que tem por base a aquela produzida pelo IMDH, mas construída de acordo com experiências das aulas e necessidades dos alunos.

O projeto funciona com os recursos disponibilizados pela universidade, não tendo um orçamento próprio, com a participação de estudantes de diversas áreas do conhecimento: relações internacionais, letras, direito, gastronomia, etc. A demanda parte dos próprios imigrantes, que chegam ao serviço por si mesmos ou encaminhados por instituições parceiras (o IMDH, os Centro de Referência da Assistência Social, a rede socioassistencial e as embaixadas).

O trabalho tem início com o preenchimento de um protocolo de entrada, no qual constam as informações do imigrante: de onde veio, onde mora, a profissão quando saiu do país, sua situação no Brasil (refugiado, estrangeiro, etc.); dessa forma, o estudante que tem disponibilidade inicia o trabalho de acordo com a disponibilidade do imigrante.

Como parte do trabalho de acolhimento, há também o movimento no sentido de aproximar os imigrantes da cultura brasileira, ou seja, ajudá-los a ambientar-se no país. Esse processo faz parte do ensino de português, pois há um aspecto prático desse ensino: dar elementos para o imigrante viver no Brasil, o que inclui compreender e se relacionar com a cultura brasileira. Está sendo organizado ainda um espaço dos imigrantes no Brasil para que na universidade eles criem suas raízes e apresentem sua cultura, não reproduzindo a ideia de que eles têm de se encaixar nos padrões brasileiros: “Eles trazem consigo muita coisa, *expertises*, temos que reconhecer que eles são pessoas que têm o que dar, e desta forma a ideia é criar um espaço para que eles criem raízes”, explica Danilo.

6 Fez relações internacionais na Universidade Católica de Brasília, mestrado e agora cursa doutorado. Estudou as rádios dos migrantes bolivianos em São Paulo no mestrado (em comunicação) e agora faz um estudo comparado de São Paulo e Buenos Aires (Argentina), na área da educação, sobre os processos educativos das crianças imigrantes.

7 Ele entra em contato com outras formas de saberes que não apenas as produzidas na universidade, sem hierarquizar-las. Esse processo ajuda os estudantes a entrarem em contato com a realidade, como explica Danilo. Há quase trinta possibilidades de atuação em instituições que têm trabalhos sociais, como escolas, casas de acolhida, equipamentos públicos de saúde, assistência, etc.

Quando aparecem outras demandas para além do ensino do português, o que é muito comum devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram, eles são encaminhados para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), principal parceiro do projeto. Além disso, o Cras chama o projeto para dar aulas no próprio serviço para alguns usuários. Há essa forma de atuação descentralizada, pois é utilizado o fato de os estudantes morarem em diversas áreas do Distrito Federal, podendo, assim, ir até onde o imigrante está, adaptando-se à sua realidade. Um aspecto importante dessa dinâmica é que fez com que mulheres começassem a ser atendidas, pois devido à permanência da mulher em casa ela tem condições muito restritas de acesso a esse projeto.

Grande parte da situação de vulnerabilidade a que os imigrantes estão submetidos se deve ao fato de terem deixado seu país não por vontade própria, mas por terem sofrido uma série de situações de violência, incluindo a pobreza. O fato de essas pessoas não terem acompanhamento psicológico necessário pode sobrecarregar o ensino de português com possíveis demandas que não serão trabalhadas nesse espaço.

Uma ação importante que está sendo feita pelo projeto é o mapeamento de imigrantes na região em que está localizada a UCB, o que aponta para o papel da universidade em relação à comunidade, produzindo pesquisas que subsidiem a elaboração, a avaliação, a articulação e a execução de políticas públicas.

4 Ensino de língua portuguesa, sujeitos vulneráveis e integração local

4.1 Conceitos

A situação de vulnerabilidade a que estão submetidos os imigrantes tem de ser analisada considerando aspectos econômicos, políticos e sociais. Primeiro, é preciso entender a raiz da questão da imigração, ou seja, o motivo que leva o imigrante a vir para o Brasil, para depois aprofundar nas vulnerabilidades do imigrante no país. Com base em pesquisa realizada pela Dirur/Ipea, que cria o índice de vulnerabilidade social,⁸ esta é conceitualizada tomando como alicerce as ideias de Robert Castel, perspectiva adotada também neste artigo.

Virgínia Fontes (2010, p. 43) nos dá elementos para compreender a condição que leva a existirem os “imigrantes econômicos”, sob a perspectiva marxista. A ampliação e a concentração de capital são organizadas em monopólios, que impulsionam cada vez mais a exploração do trabalho, havendo uma extração acelerada e intensificada de mais-valia, “modificando suas características [do trabalho] em prol da acumulação ampliada do capital”. Isso acarreta a imigração também, pois quando o trabalhador não encontra em seu país condições de vender sua força de trabalho no mercado local busca novos espaços:

Em princípio contidas no âmbito nacional, circunscritas pelas legislações de cada país, essas populações disponíveis procurarão escapar, através de imigração, desenraizadas à força ou desenraizando-se em busca de melhores condições de existência e formarão à base dos novos “imigrantes econômi-

8 “O IVS é um índice sintético, que agrega um conjunto de variáveis quantitativas, retiradas dos questionários da amostra dos Censos Demográficos decenais do IBGE, as quais postula-se aqui serem determinantes de situações de vulnerabilidade social” (IPEA, 2018)

cos”, reencontrando segregações similares acrescidas das dificuldades de acesso à língua, aos costumes e, pela distância, aos contatos de proximidade nos países de origem (FONTES, 2010, p. 52).

A imigração é resultado de uma situação estrutural no sistema capitalista, que, para ampliar seu domínio político e econômico, necessita explorar cada vez mais os trabalhadores e os despossuir de quaisquer escolhas e formas de vida que não caibam no mercado. No Brasil, a situação não é muito diferente sob a perspectiva do trabalho, pois é um país que está se transformando de acordo com a necessidades do capital, o que faz com que a situação de vulnerabilidade do imigrante no Brasil persista, mesmo que melhore com relação ao seu país.

Segundo Castel (1994; 1998), a maneira como os indivíduos se situam na sociedade se dá por meio da inserção no mundo do trabalho, com seus riscos e proteções, e também por meio das relações de proximidade (relações familiares, de vizinhança, e demais relações sociais e comunitárias), que proporcionariam ao indivíduo proteção e segurança. Esses dois campos – do trabalho e das relações sociais – determinam sua situação social.

Sob a perspectiva do trabalho, o indivíduo pode estar em três situações: 1) do trabalho estável, ou seja, aquele trabalho por contrato de duração indeterminada, associado a direitos e proteções aos riscos sociais; 2) do trabalho precário – trabalho sem contrato, ou por contrato de curta duração, dissociado de direitos e proteções; e 3) a não inserção, representada pela situação do não trabalho – por desemprego ou incapacidade de trabalhar.

As relações de proximidade podem ser caracterizadas por algumas formas de vínculos: fortes – ancorados em base familiar segura, ou em amigos e parceiros estáveis; frágeis – caracterizados por relações familiares esgarçadas, amizades e parcerias instáveis e inseguras; ou nenhuma inserção, correspondendo a situações de isolamento social. Levando em consideração esses dois aspectos, Castel (1998) tipifica três zonas sociais de inserção: i) a zona de integração, que combina as inserções em trabalho estável com relações de proximidade fortes; ii) a zona de desfiliação, situada no polo oposto e marcada pelo não trabalho e pelo isolamento relacional (caso dos indivíduos levados à mendicância, dos sem teto, entre outros); e, entre os dois polos, iii) a zona de vulnerabilidade, delimitada pela inserção precária no trabalho e pela fragilidade das relações de proximidade.

As situações de vulnerabilidade a que são submetidos os imigrantes atendidos por esses serviços de ensino de português podem ser caracterizadas pelos aspectos citados por Castel – do mundo do trabalho e das relações de proximidade. A zona de vulnerabilidade “é um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1998, p. 26).

Lussi e Marinucci (2017), pesquisadores e trabalhadores do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília-DF, afirmam que o afastamento da cultura de origem e de pessoas com as quais socializar e compartilhar sua cultura é por si só um espaço de vulnerabilidade, reafirmando o que Castel fala a respeito das relações. Além disso, os autores elencam uma série de questões que caracterizam situações de vulnerabilidade específicas do imigrante: a falta de documentação, de violações de direitos humanos durante as travessias, condições infra-humanas no local de destino, presença

de dependentes econômicos na própria terra, o limitado acesso a serviços sociais básicos, saudades e perda de referenciais identitários, estranhamentos linguístico, cultural e religioso, a xenofobia e a indiferença do Estado e da sociedade civil do país de origem (LUSSI; MARINUCCI, 2017).

O estranhamento linguístico, cultural e religioso coloca os imigrantes em situações de vulnerabilidade. O não aprendizado da língua dificulta ainda outros acessos, como o trabalho e serviços públicos. Dessa forma, o aprendizado da língua é o primeiro passo para que o imigrante seja menos vulnerabilizado e mais integrado. Com esse aprendizado diminuem as chances de não ser discriminado e de conseguir um trabalho, elemento central da integração local na sociedade salarial.

O aspecto das relações sociais, que gera proteção e segurança, é muito importante também para a integração local. Para a especialista brasileira em refúgio Julia Moreira significa um processo de adaptação do imigrante e da sociedade que o recebe. Assim, entende-se que os imigrantes devem manter sua própria identidade e participar da sociedade receptora, sendo acolhidos para que possam viver de forma aceitável.

Para a compreensão de como se dá a integração local de imigrantes, devemos considerar aspectos sociais, culturais, étnicos, religiosos, econômicos, políticos, psicológicos e espaciais. O imigrante pode estar incluído em algumas áreas, mas excluído em outras, devendo a integração ser entendida como um conjunto de processos em múltiplas esferas a ser analisado de forma aprofundada (MOREIRA, 2014).

4.2 Integração local e o ensino de português

C., professora do Neppe, conta que os estudantes falam que o Brasil acolhe muito e agradecem por estarem aqui, e dizem que mesmo sem saber a língua são muito bem recebidos, ou seja, de alguma forma o Brasil tem uma abertura – que faz parte de sua cultura – que permite acolher as pessoas que chegam ao país.

C. relata que mesmo o Brasil tendo essa receptividade, não se fala outra língua além do português, ou seja, quem chega é obrigado a aprender: “A comunicação é a primeira necessidade, é uma necessidade básica; para ir ao mercado, pra arrumar um emprego, ir a um hospital, tudo é em português, faz parte do dia a dia, a língua é o fio condutor para a integração”.

Aprender a língua significa também aprender uma cultura, como C. afirma: “Língua é cultura”. A necessidade do curso de se adaptar ao estudante exige que a língua esteja atrelada à cultura do Brasil, ou seja, o curso é construído com o objetivo de possibilitar que o estudante se integre na sociedade que o recebe. A saúde pública, por exemplo, é uma demanda, e o material didático possui elementos do SUS, sendo esse conhecimento também exigido do professor, pois este necessita entender o Sistema para poder explicar ao estudante algumas questões. O material didático foi construído considerando as demandas da realidade.

C. também aponta algumas dificuldades de integração local dos imigrantes. Cita que a maior dificuldade é o fato de os imigrantes não terem vindo para o Brasil por opção, ou seja, não querem estar aqui: “Isso dificulta muito o aprendizado do português”. Há resistência com o fato de estar no Brasil, e, dessa forma, não conseguem se esforçar no sentido da interação com o país de chegada.

Outra dificuldade apontada é o choque de culturas, pois há aspectos que podem incomodar alguns imigrantes, fator relacionado à nacionalidade. Um exemplo que

cita C. é o fato de as pessoas se beijarem na rua e as roupas usadas pelos brasileiros: “Não é possível mudar a cultura do outro, e há a dificuldade de se abrir para a cultura do outro”. Esse comentário de C. também nos leva a refletir sobre a interação entre as culturas e como tornar possível a convivência entre elas.

Entretanto, há limites para a diversidade cultural, como exemplifica C.: “Há diferentes culturas; por exemplo, em um país é normal o homem bater na mulher, e mesmo que no Brasil isso aconteça, não é permitido”. Mesmo sendo o Neppe um núcleo de ensino de português, surge a necessidade de se discutir a questão da violência contra a mulher e do machismo. C. conta que houve uma discussão com especialistas do tema, estando presente apenas três mulheres; todo o resto da classe era composta de homens. Ela chama a atenção para o fato de ter sido importante eles ouvirem algumas coisas, que anteriormente poderia ser totalmente natural para eles. A questão é que no Brasil isso não pode ser reproduzido e tem de ser respeitado pelos recém-chegados, mesmo que entre em choque com sua cultura.

As questões de gênero são um aspecto que pode ser percebido nos grupos de ensino de português e devem ser analisadas de forma crítica para que o fato de ser mulher não prejudique seu acesso a esse conhecimento. Um exemplo positivo realizado no Neppe/UnB foi uma turma só de mulheres, na qual elas puderam se sentir mais à vontade para se expressar e criar relações de confiança entre elas. Apesar de serem mulheres de diversos lugares do mundo, o fato de ser mulher faz com que tenham algumas experiências em comum.

Outro aspecto que influencia diretamente o ensino de português e a integração local de mulheres é o fato de que existem muitos homens casados com filhos e que as mulheres ficam em casa e não aprendem o português. Essa é uma questão importante a ser analisada, pois as políticas sociais devem funcionar de maneira que não recaia apenas na mulher a responsabilidade de cuidar dos filhos, o que causa a necessidade da permanência desta em casa. Culturalmente, pode haver países nos quais isso é normal, e está justamente aí o desafio do português como língua de acolhimento: problematizar junto aos imigrantes as diferentes formas de estar no mundo, buscando relações mais igualitárias. É importante ressaltar também que essas relações desiguais entre homens e mulheres acontecem no Brasil e precisam ser igualmente discutidas com os “nativos”.

Foi observado por C. que as mulheres vêm menos ao curso, e ela conta que uma vez uma mulher disse que não gostava do Brasil por ser um país racista: “Teve uma vez que ela se sentou no ônibus e o homem que estava sentado ao seu lado saiu, e outra vez que foi a primeira a chegar em uma entrevista de emprego e a última a sair”. No módulo acolhimento, essas questões aparecem, e o professor tem de lidar com isso, pois faz parte da cultura do Brasil.

Outro aspecto é que o Neppe é muitas vezes o único espaço que os imigrantes têm de interação e acolhimento: “O momento da aula é também um espaço de desabafo, de falar o que estão vivendo e passando no Brasil”. Esse aspecto do português como língua de acolhimento é importante para o fortalecimento dos sujeitos, sendo necessário se apropriarem de elementos que permitam que eles existam no Brasil, e se eles não podem se expressar e refletir sobre o que estão vivendo, estão:

[...] despojando-lhes de sua humanidade (*humanness*), silenciando suas identidades múltiplas e fluidas e limitando o acesso a espaços de enunciação mais privilegiados, limitando, por conseguinte, suas possibilidades de exercício de agência nas interações sociais, especialmente em contextos institucionalizados e mais hierarquizados (como no contato com a burocracia estatal

ou nas interações no ambiente de trabalho). A consequência desses processos é o aprofundamento das assimetrias e da marginalização de populações migrantes e refugiadas no Brasil (ANUNCIAÇÃO, 2017, p. 45-46).

É importante que haja o espaço de fala para além dos hierarquizados do trabalho e da burocracia do Estado. A situação de vulnerabilidade torna-se complexa, pois o silenciamento não permite que sejam vistas as questões pelas quais o imigrante passa. Além disso, impossibilita que ele interaja com a sociedade que o recebe, pois não se sente à vontade para buscar entender o contexto, e em um espaço de acolhimento isto pode ser possível. Dessa forma, o ensino do português ocupa uma centralidade no processo de integração local de imigrantes.

Conclusão

A questão da imigração deve ser analisada sob diversas perspectivas, ou seja, é muito mais complexa do que especificamente o aprendizado da língua, pois como bem conceitualiza Castel (1994; 1998) e Fontes (2010), a vulnerabilidade das pessoas se constitui pelas relações pessoais e de trabalho, o que esbarra em questões estruturais, que fizeram com que esse imigrante saísse de seu país em busca de condições de vida melhores, mas também encontram no Brasil dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

É importante destacar que a vulnerabilidade de grande parte dos imigrantes que aqui chegam já vem dos países de origem, que se soma ao fato de estarem como estrangeiros no Brasil, e as dificuldades de “acesso à língua, aos costumes e, pela distância, aos contatos de proximidade nos países de origem” (FONTES, 2010, p. 52).

Uma das conclusões deste trabalho é que imigrantes que não tinham uma trajetória de escolaridade em seu país de origem têm mais dificuldade para aprender o português no Brasil, ou seja, a situação de vulnerabilidade vivida antes agora se amplifica, pois, historicamente, sem o acesso aos estudos são mais vulneráveis diante da necessidade de aprender uma nova língua.

Mesmo entendendo que esta pesquisa faz um recorte temático de um contexto muito mais amplo e que envolve muitos aspectos, é possível, por meio do estudo do ensino de português, entender como se dá a vulnerabilidade e a integração local dos imigrantes em diversos aspectos da vida cotidiana no Brasil.

As soluções duráveis propostas pelos organismos internacionais (Acnur) têm como objetivo que os Estados nacionais construam leis e políticas que possibilitem e criem condições para o imigrante conviver e permanecer no país para o qual se deslocaram, com documentos, acesso a direitos, trabalho e respeito a sua cultura. A vinda para o Brasil representa um momento que a pessoa se encontra em situação de vulnerabilidade, por diversas razões, incluindo as específicas de ser um estrangeiro. A dificuldade de comunicação impede que o imigrante acesse outros espaços e direitos que compõem as soluções duráveis, sendo a língua um elemento central e primordial da integração local.

O debate do ensino de português e integração local toma uma proporção enorme quando entramos em contato com os cursos. A questão de gênero é um aspecto relevante a ser considerado e discutido nesse processo de imigração, pois a mulher que não sai de casa não tem o acesso aos serviços públicos, incluindo os que ensinam o

português, o que faz com que suas chances de integração local sejam reduzidas e até impedidas. Isso fortalece e é fortalecido pelo machismo, que não permite que as mulheres tenham sua independência, permanecendo dependentes dos homens. Esse debate é importante para os imigrantes e para a sociedade como um todo, pois são relações desiguais vivenciadas no Brasil por homens e mulheres que devem ser debatidas e desconstruídas com todos.

A discussão sobre a questão racial é muito importante e precisa ser considerada. Quando um africano vem ao Brasil como imigrante ele sofre o racismo sem nem mesmo saber do que se trata, e isso tem de ser discutido com ele, bem como de modo geral. Os aspectos de gênero e raça problematizados nas entrevistas e mostrados na bibliografia levantada levam-nos a concluir como o ensino de português tem capacidade de abarcar assuntos que tem de ser debatidos na sociedade como um todo e como a presença de imigrantes pode acentuar essa necessidade e contribuir para que seja feito o debate, pois o ensino de português vai muito além da mera absorção de uma gramática.

O aprendizado da língua é a forma como o imigrante pode construir sua identidade e existência por ele mesmo, ou seja, representar-se e dizer o que pensa e como se sente. Dessa forma, é necessário que o ensino de português seja parte da política para imigrantes no Brasil. Além disso, faz-se necessária ainda a formulação de uma metodologia que considere o imigrante como sujeito central do processo, que não o objetifique e tenha como objetivo enquadrá-lo em um modelo esperado.

Dessa forma, é necessário desenhar uma política que acolha de fato os imigrantes, por meio do aprendizado da linguagem, mas faça com que a sociedade como um todo participe desse processo, o que envolve trocas culturais e formas de estar no mundo. Se não houver esse duplo movimento da sociedade que acolhe e do imigrante, não é possível possibilitar processos de integração, mesmo considerando seus limites por conta da sociedade salarial que vivemos, na qual o desemprego é estrutural.

É importante que se discuta o papel das universidades nesse processo, pois elas têm como objetivo servir à comunidade, ter uma relação orgânica com ela, tanto fazer parte da comunidade como ser parte desta. Para tal, deve atuar de acordo com suas necessidades, e a demanda do ensino de português para imigrantes é uma delas. Os cursos de letras precisam ser devidamente organizados para atender essas demandas, inclusive com recursos investidos para esse propósito a fim de não depender de voluntarismo.

Referências

ANUNCIACÃO, R. F. M. **Somos mais que isso**: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2017.

BRASIL. Lei n.13.445/2017, que institui a Lei de Imigração.

_____. Lei n. 6.815/1980 (revogada). Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>.

CÁRITAS SÃO PAULO. **Relatório 2015**.

CASTEL, R. La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation. **Cahiers de recherche sociologique**, n. 22, p. 11-27, 1994.

_____. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CRISP, J. **The local integration and local settlement os refugees**: a conceptual and historical analysis. Genebra, 2004. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/en-my/407d3b762.pdf>>.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Relatório 2015**. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/images/arquivos/Relatrio%202015%20verso%20Finalissima.pdf>>.

INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DO REFUGIADO (ADUS). **Integração de refugiados – aspectos culturais, sociais, religiosos e políticos**. Disponível em: <<http://www.adus.org.br/wp-content/uploads/2016/06/001-Cap1-Integra%C3%A7%C3%A3o-do-refugiado-aspectos-culturais-sociais-religiosos-e-pol%C3%ADticos.pdf>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

LIMA, J. B. B. et al. **Refúgio no Brasil**: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017.

LUSSI, C.; MARINUCCI, R. **Vulnerabilidade social em contexto migratório**. 2017 Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/vulnerabilidades_dos_migrantes.pdf>.

MOREIRA, J. B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig). **Mapeamento de cursos de português em São Paulo**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Mapeamento%20cursos%20de%20portugues.pdf>.

SÃO BERNARDO, M. A. de. **Português como língua de acolhimento**: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8126?show=full>>.

SPRANDEL, M. A. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 45, p. 145-168, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000200145&lng=en&nrm=iso>.

TULLY, R. **Forced migrant's succes with english language learning**. Set. 2005. Disponível em: <<http://www.forcedmigrantslanguagelearning.pwp.blueyonder.co.uk>>.